

Fiesp exige que as estatais demitam

O governo deve dispensar os empregados das empresas estatais ineficientes e ociosas, como uma das alternativas para reduzir o seu déficit público. Essa opinião é do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, externada ontem depois da reunião do Conselho Monetário Nacional. "Não há outra saída, a não ser mais sacrifícios", completou.

Vidigal defendeu a aprovação do Decreto-lei 2.045 pelo Congresso Nacional, embora tenha negado que seja uma exigência do Fundo Monetário Internacional, para conceder os avais necessários ao país, para conseguir empréstimos no exterior. Segundo Vidigal, em nenhum trecho da Carta de Intenções está citada a quebra dos salários dos trabalhadores.

O presidente da Fiesp entende que as empresas privadas podem conceder aumentos superiores a 80% do INPC, por entender que esse limite é somente para as empresas estatais. Por essa razão, ele acha que o governo deveria sacrificar um pouco os empregados de suas

empresas, porque, quando as empresas privadas foram obrigadas a dispensar, o governo conservou o seu quadro de pessoal.

As metas econômicas apresentadas hoje ao Conselho Monetário Nacional são aparentemente, muito apertadas e estreitas, e poderão dificultar muito o desenvolvimento econômico brasileiro. Elas serão ineficientes se não houver uma redução das taxas de juros no mercado interno, que possibilite a retomada do crescimento do setor privado e dos investimentos governamentais. Se essas duas alternativas não foram adotadas urgentemente, haverá perigo do aumento do desemprego no país. Essa é a opinião do diretor-superintendente do Grupo Pão-de-Açúcar, Abilio Diniz.

Ao contrário das outras reuniões do CMN, os empresários não apresentaram nenhuma proposta ao governo para a correção da política econômica. Abilio Diniz explicou que, embora as metas sejam "apertadas e estreitas", poderá haver uma pequena retomada do de-

senvolvimento econômico, que permita a reversão da curva do desemprego, criando um pouco mais de emprego do que o existente atualmente. Mas ele ressalta que isso só vai ser possível com a redução das taxas de juros.

Apesar da reunião sem debates do CMN, o presidente do Banco Econômico, Angelo Calmon de Sá, também deixou o Ministério da Fazenda com declarações de apoio à política econômica em vigor e aos termos do acordo com o FMI. Calmon de Sá disse que o Brasil tem condições de cumprir as metas do acordo, dentro da atual política, iniciada com os cortes nos gastos públicos e nos subsídios e na dependência da aprovação, "fundamental", do Decreto-lei 2.045.

O diretor-superintendente do Banco Itaú, José Carlos Moraes Abreu, disse que novos cortes nas despesas de custeio e de investimento do setor público serão suficientes para atender às metas estabelecidas pelo FMI. Moraes Abreu lembrou que o FMI não impôs déficit zerado no próximo ano.